

Diário do Legislativo de 22/02/2005

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmolo Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Mesa da Assembléia

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 3ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 22/2/2005

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 2.040/2005, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei 16.296, que institui a Política Mineira de Incentivo à Incubação de Empresas e Cooperativas. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 1ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 11 horas do dia 22/2/2005

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 22/2/2005, destinada, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, e, 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 16.296, que institui a Política Mineira de Incentivo à Incubação de Empresas e Cooperativas; do Projeto de Resolução nº 2.040/2005, da Mesa da Assembléia, que altera a Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 439/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis; 1.613/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Central de Minas o imóvel que especifica; 1.614/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Padre Paraíso o imóvel que especifica; e 1.725/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muzambinho o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 21 de fevereiro de 2005.

Mauri Torres, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 2º turno do Projeto de Resolução nº 2.040/2005

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia, o projeto de resolução em epígrafe altera a Resolução nº 5.198, de 21/5/2001, que modifica a estrutura da Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências.

Aprovada no 1º turno, com a Emenda nº 1, a matéria foi distribuída à Mesa da Assembléia para, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, VIII, "a", do Regimento Interno, receber parecer para o 2º turno. Em anexo, segue a redação do vencido, que é parte deste parecer.

Fundamentação

Conforme nos manifestamos quando do exame da proposição no 1º turno, a capacidade constitucionalmente conferida ao Poder Legislativo

para dispor, nos limites da lei, sobre sua organização interna representa um corolário do princípio expresso no art. 2º da Constituição Federal, que diz respeito à harmonia e à independência entre os Poderes da República.

A possibilidade de recondução dos ocupantes dos cargos administrativos do segundo nível na estrutura da Secretaria da Assembléia - os de Diretor-Geral e Secretário-Geral da Mesa - decorre da própria natureza desses cargos, cujo provimento depende da estrita confiança do mais elevado órgão administrativo da Casa. A recondução configura, assim, um ato discricionário da Mesa da Assembléia, que detém a competência para definir e implementar as ações de natureza administrativa na Casa. Assim sendo, no mérito, pode-se inferir que a proposta em exame é positiva para o funcionamento da instituição, pois a alteração que se propõe visa permitir o prosseguimento de ações administrativas sempre que, no entender da Mesa, isso for necessário e pertinente.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 2.040/2005 no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 21 de fevereiro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Antônio Andrade, relator - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento.

Redação do Vencido no 1º Turno

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 2.040/2005

Altera a Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - O § 3º do art. 2º e o § 2º do art. 3º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º -

§ 3º - O exercício do cargo a que se refere este artigo é limitado a dois anos, permitidas duas reconduções por igual período.

Art. 3º -

§ 2º - O exercício do cargo a que se refere este artigo é limitado a dois anos, permitidas duas reconduções por igual período.".

Art. 2º - O § 6º do art. 2º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º -

§ 6º - Na hipótese de recondução do primeiro Diretor-Geral nomeado a partir da publicação desta resolução, poderá ser adotada a forma de provimento prevista no § 5º deste artigo.".

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/2/2005

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, povo de Minas Gerais, no início dos trabalhos de 2005, queremos abordar dois assuntos que consideramos ter grande importância para o povo brasileiro e, de maneira muito especial, para o povo do nosso Estado.

Sr. Presidente, cumprimento a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP - pelo movimento que inicia, para combater ou barrar a pretensão do Governo Federal, que encaminhou ao Congresso Nacional e à Câmara dos Deputados a Medida Provisória nº 232, que aumenta a participação de representantes no recolhimento de impostos. São Paulo iniciou eficientemente esse movimento. É necessário que Minas Gerais siga o exemplo de São Paulo. Essa medida provisória aumenta de 7% para 10% o recolhimento de impostos dos prestadores de serviços no Estado e no País, que passarão a pagar os seus impostos e as suas taxas. Isso pesará sobremaneira sobre a população brasileira.

A alegação do Presidente Lula é de que, após a revisão e as medidas adotadas pelo Governo Federal de baixar os impostos e o recolhimento do imposto de renda, seria necessária uma compensação por parte do povo brasileiro, para não diminuir a arrecadação dos impostos do Governo Federal. O Presidente encaminhou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 232, que aumenta de 7% para 10% a contribuição. De maneira voraz, isso prejudicará milhões de brasileiros.

A FIESP e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo iniciaram o movimento Basta, que tenta mover o povo brasileiro e fazer com que o Congresso Nacional entenda quanto prejuízo proporcionará principalmente aos prestadores de serviço. Quem prestar qualquer tipo de serviço e o recolher de maneira avulsa aumentará as suas contribuições de 7% para 10%. Portanto, é necessário que Minas Gerais siga os passos de São Paulo e se engaje nesse movimento, sensibilizando a Câmara dos Deputados, para não apreciar essa medida provisória, que será especialmente lesiva ao povo brasileiro.

Fiquei mais tranqüilo quando o Deputado Federal Severino Cavalcanti, novo Presidente da Câmara dos Deputados, após anunciar a sua vitória e

participar de uma entrevista coletiva, disse que terá dificuldade de pôr em apreciação essa medida provisória. Qualquer tipo de aumento arrecadatório para a Nação brasileira, seja por parte do Governo Federal ou do Governo Estadual, deve ser proposto por meio de projeto de lei, proporcionando maior discussão e participação da sociedade e dos parlamentares federais e estaduais, e não da maneira proposta.

Parabenizo o Sr. Domingues Afif, que lidera esse movimento em São Paulo, e esperamos que, em Minas, sigamos os mesmos passos. Faço um apelo à Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, para que convide as associações comerciais e industriais e os representantes do comércio, a fim de discutirmos e de nos engajarmos nesse movimento que se iniciou em São Paulo.

Um outro tema que trago a esta Casa diz respeito à Câmara Municipal de Montes Claros, que hoje promove uma grande audiência pública, com a presença das autoridades responsáveis por esse município. Serão ouvidos o Comandante da Polícia Militar, o representante da Polícia Civil, Diretores de escolas públicas, a imprensa e demais lideranças do município, para discutir a segurança pública dessa cidade.

Os jornais de hoje, mais especialmente o "Hoje em Dia", comentam essa audiência, que será realizada em Montes Claros, às 19h30min. Era de interesse da Assembléia de Minas fazer-se presente, por meio da Comissão de Segurança Pública e por meio deste Deputado. Infelizmente, não poderemos lá, à noite, comparecer.

Montes Claros vive, hoje, uma onda de violência jamais vista. Em alguns bairros, os bandidos, os marginais decretaram toque de recolher. Em outros, a população não pode sair às ruas após as 22 horas. As aulas, em alguns lugares, estão sendo interrompidas às 22 horas, porque os bandidos assim o determinaram. Eles estão nas portas das escolas vendendo, livremente, drogas, num desafio jamais visto à segurança pública de Montes Claros. Em algumas, os bandidos entram, intimidando e espancando os alunos, obrigando-os a comprarem e a usarem as drogas. É um verdadeiro absurdo.

A população dessa cidade está se sentindo verdadeiramente presa e acuada.

Na semana passada, foram inúmeros os homicídios que ocorreram nesses bairros. A polícia, infelizmente, está despreparada, não tem um aparato de veículos, de armamentos e nenhum projeto de ação para coibir a violência que lá se instalou.

Vejam, Deputados, é o toque de recolher. Isso me faz lembrar os filmes do período de guerra, em que os exércitos dão o toque de recolher, impedindo que as pessoas comuns, a população, saia às ruas.

Na Grande Belo Horizonte, no último final de semana, aconteceram 43 homicídios, ou seja, 43 mortes violentas.

Vejo aqui o nosso companheiro Jésus Lima e cito, como exemplo, a cidade de Betim, que foi motivo de manchetes na imprensa. Houve um tiroteio no meio da rua, naquela localidade. Os bandidos cercavam, atiravam e matavam.

Então, é necessário que as nossas autoridades iniciem, urgentemente, um movimento, pois a prioridade essencial, a número 1 do povo mineiro, hoje, é o combate à criminalidade, à bandidagem e à violência que se instalou na Região Metropolitana de Belo Horizonte e que, infelizmente, já está extrapolando seus limites e atingindo outros grandes centros, de maneira especial as cidades-pólos, como é o caso de Montes Claros.

Fico triste, porque observamos o anúncio de investimentos maciços no combate à violência; mas, infelizmente, ainda não estão chegando às cidades-pólos, principalmente Montes Claros.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Quero cumprimentar o nobre colega Deputado Carlos Pimenta. V. Exa. traz um assunto por demais discutido nesta Casa e, tenho certeza, que bastante cobrado de todos os parlamentares em suas bases e seus gabinetes. V. Exa., como Deputado representante da região Norte, assim como outros colegas desta Casa, sabe perfeitamente que o índice de criminalidade e violência nessa região vem crescendo assustadoramente. Quero cumprimentar V. Exa., porque cada um de nós tem um papel importante, o de estar sempre lembrando nosso Governador. Na Comissão de Segurança Pública, foram vários os requerimentos de audiência pública, aprovados por V. Exa. Tivemos a oportunidade de ir com a comissão até a região para discutir, com as lideranças locais, exatamente os pontos que V. Exa. aborda.

Em nosso gabinete, recebemos a informação de que um funcionário desta Casa foi vítima de um seqüestro-relâmpago, ficando sob a mira de armas de bandidos em um matagal. A violência vem campeando em nosso Estado e se aproximando cada vez mais de todos nós. Não existe mais nenhum lugar ao qual os bandidos não consigam ter acesso. Recentemente, um edifício da zona sul foi invadido por marginais, segundo informações, da cidade de São Paulo, que assaltaram 15 dos 18 apartamentos. Portanto, V. Exa. aborda um assunto que nos preocupa cada vez mais. Temos que pedir ao Governador que invista na área de segurança pública. Fiz vários registros, desta tribuna, lembrando que há mais de 15 anos não tínhamos investimento real em segurança pública e por isso chegamos a esse ponto de abandono. Cumprimento V. Exa., e tenha a certeza de que estaremos apoiando suas ações nesta Casa.

O Deputado Carlos Pimenta* - Obrigado pelo aparte, Deputado Sargento Rodrigues, Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, que, aliás, tem feito um trabalho fantástico. Ontem, em reunião da Bancada do PDT, endossamos o nome de V. Exa. para continuar ocupando essa comissão, que exige, além de conhecimento, coragem. V. Exa. tem conhecimento, experiência necessária e coragem para estar à frente dessa comissão.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Também quero cumprimentá-lo, Deputado Carlos Pimenta, porque, de fato, V. Exa. está tratando de um assunto de extrema importância. No final do ano passado houve uma audiência pública na Câmara Municipal de Betim, quando sugerimos uma força-tarefa específica para lá, porque, no carnaval, 12 jovens foram assassinados. E não houve carnaval de rua. Toda semana ocorrem várias mortes. Uma das principais causas da violência é o tráfico de drogas. Queremos uma ação conjunta das três esferas do poder, do parlamento por meio da Comissão de Segurança Pública, investimentos e uma apuração rigorosa dos fatos. Sabemos da importância das Polícias Civil e Militar. Se houver algum membro da polícia envolvido no tráfico, tem que ser rigorosamente punido. Sabemos o estrago que pode ser feito por uma pessoa dessa no Poder. Quero cumprimentá-lo e dizer que conte também conosco.

O Deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Quero encerrar meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que Minas bem poderia eleger 2005 como o ano da segurança pública. Quando queremos combater um mal, temos que concentrar fortemente nossa atenção nele, enfocando-o com prioridade.

O enfoque de Minas para 2005 tem de ser o combate à criminalidade e à violência, porque o povo já não agüenta mais ficar preso em casa ou arriscar as suas vidas ao levar os filhos para a escola. É um absurdo o fato de os bandidos decretarem toque de recolher, como estão fazendo em Montes Claros. Digo isso em nome dos 350 mil habitantes daquela cidade.

Concluindo, desejamos que na cidade de Montes Claros seja terminado o Centro de Reeducação do Menor, iniciado na época em que o Deputado Edson Rezende ainda era Deputado nesta Casa, há seis anos, pois, até hoje, a obra ainda não foi concluída.

Dessa forma, queremos que a Polícia Militar encaminhe para Montes Claros o famoso helicóptero prometido, pois a população se uniu para construir o hangar e assim o fez. Esse helicóptero será muito importante no combate à criminalidade naquela cidade, além de dificultar os inúmeros assaltos a Bancos em todo o do Norte de Minas.

É preciso acabar com a livre movimentação dos traficantes nas portas das escolas, batendo nos nossos alunos e matando-os. O ano de 2005 deve ser o ano de combate à criminalidade e à violência, se não for para o bem de Minas Gerais, pelo menos que o seja para o do povo mineiro, porque nascemos para ser livres e poder cumprir as nossas obrigações. No entanto, para isso é preciso que o Estado cumpra as suas obrigações perante o povo do Estado, principalmente com aqueles do Norte de Minas e de Montes Claros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Cumprimento o Presidente da Assembléia, Mauri Torres, e demais membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Assembléia, público presente nas galerias, telespectadores e ouvintes.

É com satisfação que venho a esta tribuna para reassumir a cadeira de Deputado Estadual na Assembléia Legislativa mineira.

O nosso primeiro mandato foi marcado pelo trabalho que desenvolvemos como Presidente das Comissões de Saúde e de Direitos Humanos, membro da Comissão de Educação e Vice-Presidente da Comissão do Trabalho. Com o apoio da sociedade civil, dos funcionários públicos e de setores da economia interessados em contribuir para o fortalecimento da democracia e das políticas públicas no Estado, caminhamos juntos em diversos momentos, resultando, acreditamos, em boas práticas tanto no parlamento quanto no Poder Executivo. Foi assim que atuamos firmemente pela qualidade de vida e pela garantia dos direitos da população.

Na Presidência da Comissão de Saúde, apoiamos a proposta da criação do Código de Saúde, ao lado do nosso companheiro Adelmo Carneiro Leão, para que ele fosse ampliado e transformado em lei. Hoje é um dos instrumentos mais importantes que temos para efetivar ações de proteção e promoção à saúde.

Na Saúde também nos aliamos à luta em defesa do ensino de qualidade da medicina e dos médicos, o que ainda continua na pauta dos médicos, do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, da Associação Médica e do Sindicato dos Médicos, assunto de interesse de toda a população, porque é disso - médicos de qualidade - que necessita a população para a garantia da saúde e da qualidade de vida.

Na CPI da Saúde, apontamos problemas e soluções para dinamizar o sistema de saúde em Minas e, acredito, contribuímos para torná-lo mais transparente, mais eficiente e acessível, cumprindo nossa tarefa de fiscalizadores do Poder Executivo.

Tivemos também a consolidação da Emenda nº 29, que proporcionou a vinculação de verbas do Poder Executivo para a saúde, tanto nos municípios quanto no Estado e na União, e representou um marco fundamental e um avanço para garantir o investimento na área e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde, o SUS. E lá, em Brasília, inúmeros membros da Comissão de Saúde de então, assim como nós, estiveram presentes num grande movimento nacional pela aprovação dessa emenda.

Agora nossa luta é fazer com que o Governo Aécio Neves e os municípios cumpram o que determina a Constituição Federal, aplicando o percentual de 12% em ações de saúde para o Estado e 15% para os municípios.

Em 2004, o Governador Aécio Neves executou apenas 7,61% do orçamento em ações de saúde, desconsiderando o que estabelece a resolução do Conselho Nacional de Saúde. Aécio sustenta que aplicou acima de 12%, mas, para chegar a esse dado, incluiu gastos como a previdência de servidores, policiais civis e militares, bombeiros e até os serviços da COPASA, que é uma empresa prestadora de serviços contratada por parcela de municípios mineiros, em detrimento do atendimento de saúde a toda a população mineira. Dessa forma, o Governador escamoteia a questão e deixa de investir vultosos recursos na já combatida rede de assistência à saúde pública do Estado.

A fiscalização das ações do Estado sempre foi a tônica do trabalho da Bancada do PT - hoje Bloco PT-PCdoB -, e vamos continuar firmes na defesa dos interesses do povo mineiro.

A valorização dos funcionários públicos, por meio de planos de carreira e tabelas de salários, reajustes salariais e condições dignas de trabalho, também sempre fizeram e fazem parte de nossas ações.

Em outra frente, senhoras e senhores, quero destacar a importância histórica da CPI da Mineração Morro Velho, que evidenciou, em 2001, a situação dramática da vida de milhares de mineiros, vítimas da doença da silicose, abandonados à sua própria sorte. Foi uma CPI marcada pela obstinação desses valerosos trabalhadores, que não arredaram pé das reuniões na busca de solução mais justa para suas reivindicações. Valeu a luta, porque, quando parecia que nada daria um resultado positivo, em dezembro de 2004 os trabalhadores das minas da Mineração Morro Velho obtiveram sentença favorável na ação de indenização por danos morais e materiais por terem adquirido a doença da silicose durante a prestação do serviço. A justiça reconheceu o direito das vítimas da mineração e fixou em 200 salários mínimos a indenização a título de dano moral, o que deverá beneficiar cerca de 15 mil trabalhadores, envolvidos em 7.500 ações de indenização.

Trabalhadores das minas da Mineração Morro Velho, moradores e lutadores, valeu a luta de todos vocês de Nova Lima!

Na educação, a realização de fóruns e seminários contribuiu para melhorar a prática do ensino e ampliar o acesso às escolas em Minas. No ensino superior, defendemos a destinação de recursos para a UEMG e apresentamos diversos caminhos para isso, por meio de nosso relatório na Comissão Especial sobre a UEMG.

Nossa jornada não parou, pois ainda temos muito que avançar para que a educação pública possa ser de fato acessível a toda a população, em todos os níveis no Estado.

Apresentamos também diversas propostas e projetos para a defesa do meio ambiente e da cultura e para o desenvolvimento regional.

Gostaria de destacar, entre as leis que aprovamos no Estado, a Lei das Agrovilas, que passou a estabelecer, por meio do sistema associativo e solidário, a implantação de agrovilas destinadas à exploração racional de atividades agrícolas intensivas, como uma das formas de assentamento de trabalhadores rurais.

Defendemos e estimulamos práticas de defesa dos direitos humanos e, sobretudo, de defesa da vida. Em 2001, finalizamos a presidência da Comissão de Direitos Humanos com o Diagnóstico do Sistema Prisional de Minas, documento indispensável para a análise e a proposição de um novo modelo prisional do Estado.

Senhoras e senhores, muitos aqui conhecem as nossas propostas, e alguns, que assumiram o mandato em 2002, reconheceram-nas como uma boa prática parlamentar, a ponto de reapresentá-las, o que muito nos orgulha.

Mas é preciso ressaltar que essas propostas não foram apenas de autoria deste Deputado. Elas foram elaboradas a partir de debates, fóruns, reuniões, denúncias e do trabalho do dia-a-dia de diversas pessoas que integram a luta para mudar e melhorar as nossas cidades, o nosso Estado e o nosso País. Agradeço a essas pessoas.

Queremos dizer que a nossa prática parlamentar continuará a ser participativa, buscando afirmar os princípios democráticos, a probidade administrativa e a ética na política. Acreditamos que é dessa forma que o legislador poderá exercer o mandato que lhe foi conferido pelos eleitores.

Trata-se de uma batalha árdua e muito me orgulho de participar novamente dela.

Senhoras e senhores, a experiência adquirida durante um ano e oito meses na Presidência do CEASA de Minas Gerais me mostrou o tamanho do desafio que é administrar um país. Lutei para eleger o Presidente Lula e fui um de seus colaboradores durante os dois anos passados na Central de Abastecimento de Minas Gerais.

A ampliação das parcerias, a modernização e a transparência foram nossas prioridades. Realizamos o primeiro concurso público da história do CEASA-MG, que completou 30 anos de fundação recentemente. Assim reafirmamos os princípios constitucionais, garantindo a democracia no acesso ao setor público.

Criamos também a Central do Produtor, projeto modelo no País, garantindo espaço para os principais agentes, que são os produtores. A implantação de um moderno programa de informática, o Detecweb, com acesso à informação eletrônica de preços, produtos e mercado a todos os usuários do sistema, facilitou o processo de comercialização a preço mais justo.

Na segurança alimentar e promoção da saúde, implantamos os programas de rotulagem de alimentos, o controle de agrotóxicos e o projeto piloto de troca de caixas e embalagens, iniciado em Uberlândia, evitando o desperdício e a transmissão de doenças.

No aspecto social, contribuimos para ampliar o Prodal, programa de distribuição de alimentos no CEASA-MG, combatendo o desperdício. Em 2004, foram distribuídas 2t de alimentos, ou seja, cerca de 2.000kg, beneficiando cerca de 50 mil pessoas, evitando-se o desperdício, tema de discussão e de controvérsias em toda a cadeia alimentar.

O programa integra o primeiro módulo do Banco de Alimentos, que está sendo realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. É um projeto modelo no País, que adota práticas indicadas pela ONU para o combate à miséria e à desnutrição, que são "Os oito jeitos de mudar o mundo", tema de escola de samba desse carnaval no Rio de Janeiro.

O Prodal possibilitou às famílias atendidas maior economia com hortifrutigranjeiros, possibilitando o acesso a produtos como carne e ovos, proteínas antes inacessíveis.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Neste momento em que V. Exa. retorna a esta Casa, não poderia deixar de desejar-lhe boas-vindas e um retorno muito efetivo, como já demonstrou durante o mandato que exercemos na legislatura passada.

V. Exa presta contas sobre o extraordinário trabalho prestado à frente do CEASA-MG, do qual sou testemunha. Inúmeras vezes estive em seu gabinete reivindicando ações para os bataticultores do Sul de Minas, e V. Exa. trouxe soluções imediatas.

Agora que retorna, externo nossa alegria. O CEASA viveu um tempo feliz graças as suas ações. O parlamento está feliz, pois na Comissão de Saúde, o Deputado prestou os mais relevantes serviços à saúde de Minas. Parabenizo-o pela prestação de contas e ratifico seu discurso. V. Exa. efetivou ações do CEASA em todo o Estado, particularmente pelo mercado da pedra, buscando as melhores soluções. Que V. Exa. faça um trabalho dedicado ao povo mineiro. Parabéns!

A Deputada Lúcia Pacífico (em aparte)* - Cumprimento-o pelo retorno à Assembléia. Participei de muitas atividades programadas por V. Exa. no CEASA. O Deputado o administrou de maneira fantástica, elevando-o em questões relativas à rotulagem, à caixaria e à administração interna, tornando-o mais moderno, atuante e integrado com os consumidores. O CEASA perde um administrador, e a Casa ganha um grande Deputado. Parabéns!

O Deputado Edson Rezende* - Obrigado, Deputada Lúcia Pacífico. O Movimento das Donas de Casa teve e mantém um trabalho de parceria com o CEASA. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Minas é o maior produtor de batata, portanto a cultura é fundamental para o Estado. Assim, estivemos em missão na França ao lado de vários produtores do Sul de Minas. A cooperativa que se consolida naquela região trará um novo norte ao Estado para a industrialização da batata e para a produção de novas variedades. O convênio Minas-França é uma grande chance para o Sul do Estado.

Completados dois anos do Governo Lula, ainda temos muito trabalho a fazer para mobilizar a sociedade e retomar o caminho do crescimento sustentado com geração de empregos, distribuição de renda e promoção da inclusão social.

O Governo Lula avançou, conseguiu colocar o País no caminho certo, lançando as bases para um longo período de desenvolvimento econômico, justiça social e aprofundamento da democracia. Os indicadores da economia brasileira são os melhores dos últimos dez anos. O dado principal dessa política é a retomada do emprego, a maior desde 1992. Até outubro de 2004, foram criados 2,4 milhões de empregos com carteira assinada.

O Governo Lula tratou com responsabilidade as contas públicas, controlando o crescimento da dívida interna e reduzindo a dívida externa, tornando-a administrável. O programa Fome Zero tem tido papel fundamental para atenuar a crise social do País. Lidamos com um país que acumulou séculos de exclusão e de desigualdades agravadas nas últimas décadas.

Minas Gerais nunca recebe tantos recursos do Governo Federal. Nem Fernando Henrique Cardoso, quando Presidente, teve com seu colega de partido, Eduardo Azeredo, quando Governador, um tratamento tão diferenciado como o que Lula tem tido com o Governador Aécio Neves. A

propaganda do Governador fala muito em ações do Estado, mas não menciona que a maior parte dos recursos aplicados nos programas são oriundos do Governo Lula.

Por exemplo, o programa Minas Sem Fome, na verdade, opera com dinheiro do programa federal Fome Zero; o programa Luz Para Todos, que leva eletrificação rural para o interior, é financiado com 70% dos recursos do Governo Lula; além dos convênios com a EMATER, o IMA, a Secretaria de Agricultura, a FUNED, a Secretaria de Ação Social e outros, com repasses de verba federal para o Estado, em benefício dos mineiros.

Estaremos nesta Assembléia fiscalizando o Governador Aécio Neves, para que haja mais transparência, melhor aplicação dos recursos públicos e implantação das políticas públicas que ainda não saíram do papel.

Senhoras e senhores, nosso desafio para o novo mandato não será somente criar leis, mas, principalmente, consolidar os avanços democraticamente construídos ao longo dos anos de trabalho pelos movimentos sociais, pelos parlamentares, pela sociedade civil e pelos cidadãos. Ainda necessitamos de ações mais ousadas de proteção e promoção à saúde, as quais já constam do Código de Saúde, mas que devem sair do papel. É preciso perseguir a qualidade de vida por intermédio da alimentação de qualidade, da prática de esportes e lazer, da prevenção às doenças, por meio do saneamento básico e do fortalecimento do Programa Saúde da Família, com maior capacitação técnica e ampliação do programa. A saúde depende do impacto de ações sobre o controle da água e do esgoto e sobre a segurança alimentar, básicos para evitar o adoecimento. Queremos reduzir também o uso de remédios e proporcionar mais alimento para a população, maior qualidade de vida, para que o povo seja mais feliz.

Portanto, a defesa da saúde, com abastecimento e segurança alimentar, a educação e a garantia dos direitos da criança e adolescente e o desenvolvimento regional sustentado, para que nossos municípios sejam fortes e economicamente independentes, serão as bandeiras que nortearão nosso trabalho.

A sociedade mineira pode esperar deste Deputado uma atuação em defesa da transparência, da austeridade no uso e aplicação dos recursos públicos, fiscalizando o Governo Estadual e defendendo os interesses da maioria do povo mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ivair Nogueira - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, faço uso desta tribuna para dar boas-vindas ao nosso companheiro Sávio Souza Cruz, que é o nono Deputado a compor nossa bancada. Sejam bem-vindos, também, os outros Deputados que passaram a integrar a Assembléia Legislativa. Cumprimento também os amigos Jésus Lima, Carlos Gomes e Elisa Costa. Caro Jésus, ex-Prefeito de Betim, que fez um bom trabalho no município, seja bem-vindo, pois poderá contribuir muito com o processo legislativo desta Assembléia.

Inicialmente, chamo a atenção para dois fatos graves ocorridos no Município de Betim. Há cerca de 30 dias, ocorreu um acidente na estrada que liga Vianópolis a Juatuba, nas proximidades da Cervejaria Brahma.

Nesse ponto, a estrada é perigosa: há uma ponte em que só passa um veículo por vez e uma curva mal sinalizada. Não sei se o acidente ocorreu por imprudência do motorista da carreta ou do da kombi, mas o certo é que nove pessoas, funcionários públicos da Prefeitura de Betim, foram vítimas fatais.

Registro uma crítica ao DER, pois o fato é muito grave. A estrada é estadual e deveria estar bem sinalizada, mas o DER só se preocupou em sinalizá-la após o acidente.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado, Deputado Ivair Nogueira. Gostaria de ter aparteadado o Deputado Edson Rezende, mas o tempo foi exíguo, e outros Deputados o apartearam.

Aproveito o momento para dizer ao Deputado Edson Rezende que o Governo de Minas está um pouco acima do percentual mínimo exigido pela Constituição com relação à saúde. A resolução do Ministério da Saúde não é mais forte do que a lei e muito menos do que a Constituição.

O parecer do Tribunal de Contas conclui: "Merece destaque o crescimento de 528% nas despesas do Fundo Estadual de Saúde em relação ao exercício de 2002, conforme apontado pelo relatório técnico do Tribunal de Contas referente às contas do Governador relativas a 2003. Na análise por atividades do Fundo Estadual de Saúde, destaca-se a atividade 'Coordenação, Assessoramento e Supervisão das Ações de Promoção de Saúde', com uma execução superior em 985% àquela verificada em 2002. A maior parte das despesas concentraram-se nos investimentos, especialmente na natureza de despesa 'Equipamentos e Material Permanente'".

A polêmica sobre aceitar ou não saneamento básico como serviço público de saúde é uma questão individual. Prefiro aceitar o que estabelece a Constituição e a Lei nº 8.080, de 1990, que no seu art. 6º estabelece: "Estão incluídas ainda no campo de atuação do SUS: I - A execução de ações: de vigilância sanitária; de vigilância epidemiológica; saúde do trabalhador; e de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;...".

O art. 4º estabelece: "O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta, e das fundações mantidas pelo Poder Público...". Descreve quais são e diz: "A participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico".

Então, Deputado, a discussão que precisa ser feita é se aceitamos ou não. O fato é que, no Tribunal de Contas, constatou-se crescimento absurdo, ao ponto de receber elogios do Ministro da Saúde do Governo que V. Exa. defende.

Estamos aplicando bem os recursos na saúde, mas sabemos que ainda estão aquém das necessidades do Estado, pois não se resolvem os problemas de saúde da noite para o dia. O que a lei e a Constituição prevêem está sendo cumprido, além do previsto. Obrigado.

O Deputado Ivair Nogueira - Abordarei um fato que ocorreu ontem no Centro de Betim. Lá, houve um verdadeiro banguê-banguê, com tiros para todos os lados, no UNIBANCO. Esse quadro não ocorre apenas em Betim, mas em Minas Gerais e no País. Temos de considerar que a mídia anuncia o aumento da violência em Minas Gerais.

A violência na região metropolitana está se acentuando cada vez mais. Precisamos entrar no movimento contra a violência. Sabemos do esforço e da preocupação do Governo, que está investindo na segurança pública. O certo é que os efeitos ainda não surgiram e os índices de violência estão cada vez mais altos.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Caro colega Deputado Ivair Nogueira, ouço atentamente alguns pronunciamentos sobre segurança pública. Apesar de V. Exa. dizer que o Governo está investindo em segurança, não vou contrapor o seu posicionamento, mas quero dizer que o Governo determinou 20% a menos no orçamento das Polícias Militar e Civil de 2002.

Na semana passada, por ordem do Secretário Anastasia, cortaram-se mais 15% no orçamento das Polícias Civil e Militar. Como vamos combater a violência, se não há recursos, condições? Hoje, se formos à Polícia Civil ou aos quartéis da PM, encontraremos todos parados. Não há dinheiro para diárias e gasolina; as viaturas encontram-se sem pneus. Ademais, assistimos a essa situação passivamente.

Deputado Ivair Nogueira, esse é um problema de segurança pública. Esta semana, o Vice-Governador referiu-se a essa questão. O Governo já se cansou de fazer propaganda, anunciando que as Polícias Civil e Militar estão integradas. Nunca houve uma distância tão grande entre as duas polícias, como a que vemos nos últimos meses. A Polícia Civil não combina com a PM. Elas não conversam. Todavia, o Governo insiste em dizer que houve integração. Essa questão precisa ser mencionada nesta Casa, Deputado Ivair Nogueira. Não basta dizer, mostrar que em Betim Bancos foram assaltados e que várias pessoas morreram. Em Belo Horizonte, ocorrem mais mortes que na guerra do Iraque, pois morreram 42 pessoas em um final de semana. Estão assaltando todas as pequenas cidades, em cuja maioria existem apenas dois policiais e nenhuma viatura. Quando a polícia precisa perseguir alguém que fez um assalto, fica dependendo do táxi. Além do mais, nem sempre pode contar com o táxi, pois, às vezes, a cidade possui dois ou três, mas os mesmos encontram-se em viagem.

Esse problema tem sido abordado pelo Vice-Governador. No entanto, ele precisa do nosso respaldo, Deputado Ivair Nogueira. Temos de inventar. Precisamos retirar essa máscara que demonstra que Minas Gerais está investindo em segurança, o que não é verdade. Não existe segurança. A PM encontra-se sem condições de trabalho. Hoje estamos diante do descaso total do Governo e do próprio Comando da PM, que não providencia o mínimo necessário para que a Corporação possa combater a violência. Ainda conseguem fazê-lo, em virtude do heroísmo dos seus militares. Se depender do Governo, vamos continuar morrendo - não só 42 por final de semana, Deputado Chico Rafael, mas 100. Refiro-me à Região Metropolitana de Belo Horizonte, e não ao Estado de Minas Gerais.

Sua fala, Deputado Ivair Nogueira, veio em boa hora. Temos de discutir, de ter coragem. Precisamos mostrar à população que o parlamento está atento e que o Governo está fazendo propaganda enganosa quando mostra que está investindo em segurança. Sabemos que isso não é verdade. Se formarmos aqui uma comissão para irmos a um quartel da Região Metropolitana de Belo Horizonte, veremos que mais de 60% das viaturas estão paradas por falta de pneus ou de uma peça que custa R\$30,00 ou mesmo por falta de combustível. Deixo aqui a minha sugestão. Quem sabe, havendo anuência do Presidente Rêmolo Aloise, poderemos formar uma comissão para visitarmos dois quartéis ou o Pelotão? Dessa forma, poderemos ver a situação em que se encontram as Polícias Militar e Civil hoje.

O Deputado Ivair Nogueira - Menciono também a precariedade das estradas. Hoje, Minas Gerais tem sido alvo de críticas, principalmente quando é comparado a São Paulo, no que se refere às estradas privatizadas. Temos de sair da teoria para a prática. Ontem, estive com o Deputado Agostinho Patrús, que me deu uma boa notícia. Falou-me sobre o início das obras do processo. Essa é uma boa notícia, mas o Governo do Estado terá de intensificar as negociações, principalmente com o Governo Federal, a fim de estadualizar as estradas do Estado. Na hora em que se faz a comparação, as críticas acabam recaindo sobre o Governo do Estado.

Para quê aprovar o orçamento, se não passa de mera peça fictícia, que não vale para quase nada? No próprio Governo Federal há o descontingenciamento. Ao longo dos anos, vimos que, do orçamento, peça que não foi cumprida, pouquíssimo do que foi aprovado foi liberado para as estradas. Onde está o dinheiro da CPMF? Essa questão não diz respeito apenas ao Governo Lula, mas aos Governos passados, que também não aplicaram na saúde. Onde está o dinheiro da CIDE, o dinheiro do combustível? Com o que já foi arrecadado ao longo do tempo, o usuário tinha grande esperança de usufruir de estradas em boas condições neste momento, mas isso não aconteceu.

O pobre do caminhoneiro paga para trabalhar, pois o frete é barato, colocando sua vida em risco, assim como nós, que utilizamos essas estradas. A cobrança precisa ser feita pelos parlamentares a todas as autoridades para sabermos onde está o dinheiro da CIDE. Onde está o dinheiro prometido que não foi descontingenciado? Não podemos colocar nossas vidas em risco. A cobrança precisa ser feita. Enquanto não for aprovado por lei um orçamento que possa ser cumprido, este Legislativo e outros estarão fazendo papel de bobos, aprovando aquilo que poderá não acontecer.

Está havendo um movimento por este País a fora e nós, do PMDB, também queremos iniciá-lo nesta Casa. O povo já não aguenta a cobrança de tantas taxas e impostos. Se fizermos uma média, veremos que cada trabalhador gasta cerca de quatro meses de seu salário pagando IPVA, IPTU e outros impostos e taxas de toda natureza. Precisamos criar frentes - como a Frente Pró-Saúde e Pró-Emprego -, para combater todo e qualquer tipo de projeto que venha para esta Assembléia - ou para qualquer outra do País - criando aumento de taxas ou impostos para o contribuinte. O aumento de taxas e impostos não tem trazido nenhuma retribuição, porque o dinheiro vai para o caixa único, não atendendo diretamente os respectivos projetos.

Tomara que esse efeito Severino ocorrido na Câmara dos Deputados, numa eleição inesperada, possa chamar a atenção de todo Legislativo deste País, pois precisamos de certa independência. Uma coisa é apoiar, outra é ter independência em um Legislativo forte. O "Estado de Minas" fez uma publicação, há cerca de dez dias, praticamente acabando com o Poder Legislativo, que não pode fazer leis, o que às vezes está nas mãos do Presidente, e ditando medidas provisórias. Para certos projetos, não temos competência. Precisamos aproveitar o momento do efeito Severino para fazer com que os Legislativos deste País possam atuar com maior eficácia.

Não poderia deixar de falar do Deputado Adalcleber Lopes, que foi escolhido para ser o novo Líder da Bancada do PMDB, uma vez que reúne todas as condições para isso, como qualquer Deputado de nosso partido. V. Exa., que está nesta Casa há apenas dois anos como Deputado Estadual, trouxe em sua bagagem experiência adquirida ao lado de seu pai, pois não foi um simples auxiliar na Câmara dos Deputados. Não sim um jovem que participou de todas as discussões em todas as reuniões, que contaram com a presença de grandes lideranças. Tenho a certeza de que traz consigo conhecimentos adquiridos com seu pai e com outras autoridades do PMDB nacional, já que sempre estava lá, participando. Por isso, chega com toda autoridade e competência. Delegamos a V. Exa. o poder de falar em nome do PMDB mineiro, porque sabemos que desempenhará grandemente esse papel.

Estamos às vésperas da eleição da indicação de um Deputado ou Deputada Estadual para o Tribunal de Contas do Estado. O meu partido, o PMDB, terá uma candidatura. Hoje, os nomes colocados para candidatos são os deputados Antônio Júlio e Ivair Nogueira. Espero que não ocorra aqui o que houve em Brasília. E tenho certeza de que isso não acontecerá, porque conheço a idoneidade do Governo Estadual. Não haverá interferência do Governo ou de qualquer de seus assessores para tentar levar um ou outro candidato para o Tribunal de Contas. Esta Casa precisa ser independente, e a decisão de indicar Deputado para o Tribunal de Contas precisa ser de cada parlamentar desta Casa. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar gostaria de dizer da minha satisfação de ter sido liderado pelo Deputado Ivair Nogueira, que, esta semana deixou a Liderança do PMDB. A partir de um trabalho fantástico, ele conseguiu fazer com que a Bancada do PMDB, depois de ter assento nesta Casa há 12 anos, fosse unida, coesa e apresentasse projetos para o Estado, não só para o parlamento, mas também para a instituição PMDB. Estamos reformulando o partido por intermédio da liderança do Deputado

Ivair Nogueira e também de toda a Bancada do PMDB nesta Casa. Desejamos as boas-vindas ao nosso novo Líder, Deputado Adalclever Lopes, que, como disse o Deputado Ivair, apesar de estar apenas há dois anos no mandato, trouxe a esta Casa experiência adquirida ao longo dos anos ao trabalhar no Congresso Nacional. Temos a certeza de que o Deputado Adalclever Lopes dará continuidade aos trabalhos do Deputado Ivair Nogueira para que tenhamos em Minas Gerais um partido, além de coeso, com bandeiras.

O PMDB lutou contra a ditadura. Nós, que lutamos contra as diferenças sociais, que libertamos este País, perdemos a nossa identidade durante alguns anos. Entretanto esperamos recuperá-la. E V. Exa. estará à frente do trabalho da nossa bancada para recuperar a imagem do PMDB, para dar ao povo mineiro e brasileiro a confiança que sempre depositou no PMDB, principalmente neste momento que vivemos, de tanta turbulência na classe e nos partidos políticos.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte)* - Deputado Antônio Júlio, aproveito o momento para agradecer a todos os pares do PMDB, mas também ao Deputado Ivair Nogueira, pois tanto fez, tanto trabalhou a favor da unidade do nosso partido, cuja bancada é composta de nove membros, uma das mais unidas. Conquistamos grandes espaços porque tivemos a liderança do Deputado Ivair Nogueira. Costumo dizer que os grandes mestres não ensinam; inspiram. Inspirados no Deputado Ivair Nogueira, construímos essa grande unidade e essa grande bancada, que hoje, firme e forte, defende o povo mineiro. Obrigado, Deputado Ivair Nogueira. Tenha a certeza de que caminharemos seguindo sempre os passos que V. Exa. designou.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte) - Gostaria de saudar o nosso sempre Líder, Deputado Ivair Nogueira, que liderou a nossa bancada durante cinco anos. Grande fruto da unidade do PMDB nesta Casa vem da sua liderança, Deputado Ivair Nogueira. Trata-se de uma bancada forte porque é unida; uma bancada forte porque sabe trabalhar em conjunto; uma bancada forte porque sabe apoiar os trabalhos de cada parlamentar do PMDB.

Saúdo também o Deputado Sávio Souza Cruz, que, neste ano, tomou posse na nossa bancada, unida e composta de nove Deputados. Saúdo ainda o Deputado Adalclever Lopes, essa liderança emergente, jovem, o qual muito tem contribuído para a nossa bancada e nos ajudado com a sua sinceridade, compromisso e amizade. Deputado Antônio Júlio, agradeço o aparte e que Deus nos abençoe durante o ano de 2005.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Gostaria de me unir a V. Exas. quanto às suas ponderações, Deputados Antônio Júlio e Ivair Nogueira, no que diz respeito à segurança pública no Estado. É lamentável a situação que se vivencia no nosso Estado, a propaganda feita pelo Governo e o resultado que vemos nas ruas. Trata-se de uma propaganda enganosa, não verdadeira e que não condiz com a realidade dos fatos.

Posso sentir isso nas ruas de Belo Horizonte, como também nas ruas da minha cidade, Pouso Alegre, e das cidades do Sul de Minas que represento. Hoje estão reunidos no Município de Paraisópolis o Juiz de Direito, o Promotor de Justiça e várias pessoas da sociedade com o objetivo de arrecadar fundos para comprar uma viatura militar para o Município de Paraisópolis, fronteiro ao vale do Paraíba, onde ocorre grande número de assaltos e crimes. O Estado não consegue colocar no município uma viatura em condições de ser utilizada pela Polícia Militar.

Deputados Antônio Júlio, Ivair Nogueira e nobres colegas, a Assembléia Legislativa não pode se calar diante desse estado de verdadeira calamidade pública que estamos vivendo no Estado. Agradeço o aparte. Aqui ficam as nossas considerações.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Gostaria de cumprimentar V. Exa. e a bancada do PMDB na Casa. A hora é oportuna para tratar desse assunto. Gostaria de fazer um apelo a toda a Bancada do PMDB, partido que V. Exa. e o Deputado Ivair Nogueira já lideraram e que agora é liderado pelo Deputado Adalclever Lopes. Há em tramitação na Casa o Projeto de Lei nº 823, que cria o fundo estadual de segurança pública e remete as taxas que o cidadão paga a esse fundo. Pelo projeto, vinculamos a sua receita às forças logísticas de segurança pública do Estado. O Deputado Rogério Correia foi relator da matéria na Comissão de Segurança Pública. Há uma certa resistência do Governo. A única saída para estruturar a segurança pública é a vinculação dos recursos.

Deputado Antônio Júlio, pedimos que o PMDB esteja conosco nessa luta para aprovar o Projeto de Lei nº 823, o chamado fundo estadual de segurança pública. No caso, não precisaríamos de mendigar recursos à Prefeitura, de pedir carro emprestado ao Vereador para conduzir um indivíduo preso do distrito ou esmolas aos empresários ou fazer o que o Deputado Chico Rafael disse que acontece na cidade de Paraisópolis.

Esta é uma hora oportuna. Pediremos ao Governador e, se necessário, imploraremos a S. Exa. para que a bancada governista aprove a proposta apresentada no Projeto de Lei nº 823. Parabéns a V. Exa. pelo tema abordado. Ficaremos muito gratos se a bancada de V. Exa. também aprovar o nosso projeto que cria o do fundo estadual de segurança pública.

O Deputado Antônio Júlio* - Deputado Sargento Rodrigues, no início deste ano, o PMDB estará atento às ações da segurança pública. Estamos vendo que nada tem acontecido e o Governo tem feito uma campanha fantástica pela televisão alegando que tudo está bem no Estado de Minas Gerais. Isso não é verdade. Precisamos reagir, até para mostrar ao Governador que as coisas não estão funcionando. Não estamos apenas criticando. Há dados e números.

Sugiro ao nosso Presidente, Deputado Rêmolô Aloise, que tem tomado algumas decisões corajosas, que crie um comissão agora para que possamos fazer visitas aos postos policiais ou quartéis para vermos em que situação de penúria esses órgãos estão. É possível que haja até falta de luz nesses locais. O Governo cortou 15% do orçamento da Polícia Militar.

Deputado Sargento Rodrigues, venho à tribuna hoje para fazer mais uma vez um apelo. O nosso partido, o PMDB, está hoje na televisão mais uma vez para denunciar o problema do minério. Já fizemos várias denúncias, entramos na justiça e por meio de um mandado de segurança já conseguimos suspender a exploração da mina Capão Xavier. No entanto, o Governo do Estado, por uma ação política, conseguiu suspender a nossa liminar. O processo encontra-se engavetado desde que apresentamos o recurso há oito meses no Tribunal. Está havendo ação política do Governo do Estado. Não estamos fazendo nada.

Eles estão fazendo com o nosso minério o que fizeram com o nosso ouro na época do Império. Desde 1975, a Assembléia Legislativa tem denunciado essa questão, quando foi instalada a primeira CPI para discutir o minério e a Vale do Rio Doce.

Deputado Rêmolô Aloise, já apresentamos requerimento para instalação de uma CPI. Essa questão precisa ser apurada. V. Exa. fez a instalação da CPI, mas até hoje não foram indicados os membros do PSDB por solicitação do Governo do Estado e do Presidente Mauri Torres.

Apresentamos o requerimento da instalação da CPI, pois isso precisa ser apurado. V. Exa. leu o documento de instalação dessa comissão, mas até hoje não foram indicados os membros do PSDB, por solicitação do Governo do Estado e do Presidente desta Casa, que está impedindo sua instalação. Nosso Regimento é muito claro.

Queremos que o Presidente cumpra o Regimento Interno. Se as Lideranças do PSDB e do bloco não indicaram os membros, o Presidente é obrigado a convocá-los para que ocorra a instalação e o funcionamento da CPI. Esse é meu apelo.

Não podemos mais nos calar nem permaneceremos omissos, fingindo que nada está acontecendo, pois o povo está sofrendo. O povo está cansado de esperar e exige liderança para gritar, para libertar, conforme ocorreu hoje no Congresso Nacional, por meio do Presidente Severino Cavalcanti. Foi dado um grito de liberdade ao parlamento. O povo de Minas Gerais está exigindo um grito de liberdade e que o defendamos.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 21/2/05, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando Analaura Ferreira Campos Pereira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando Elton Lopes Nunes do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando Jozianne Marques Lopes Ferreira do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Analaura Ferreira Campos Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Roberto Gonçalves Pereira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Jéssica Moreira Brito para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando, a partir de 21/2/05, Renata Pires de Mendonça Dantas do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 982, de 29/9/93, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Antônio Francisco Paes Júnior do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Movimento Democrático Brasileiro;

nomeando Elton Lopes Nunes para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da Liderança do Partido Movimento Democrático Brasileiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2005

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2005

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 4/3/2005, às 10 horas, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade a aquisição de 1 (uma) unidade de Raosoft SurveyWin versão 4.2.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79 - Ed. Tiradentes -, 14º andar, onde poderá ser obtido, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Nesse último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2005.

Mauri Torres, Presidente - Antônio Andrade, 1º-Secretário.

TERMO DE DESCRENCIAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Maria Ângela Moura. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Objeto deste aditamento: rescisão amigável do termo de credenciamento. Vigência: a partir da data da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Núcleo de Nefrologia de Belo Horizonte S/C Ltda. Objeto:

prestação de serviços de assistência médica. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Vigência: de 16/2/2005 a 31/5/2009.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: GATI – Grupo de Terapia Intensiva S/C. Objeto: prestação de serviços de assistência médica. Objeto deste aditamento: prorrogação contratual. Vigência: de 16/2/2005 a 30/3/2009.

ERRATA

PROJETO DE LEI Nº 2.038/2005

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/2/2005, na pág. 26, col. 2, no inciso XVII do art. 3º da Lei nº 14.937, onde se lê:

"contato", leia-se:

"contrato".